



EDITE ESTRELA

## Administração fiscal tem de facilitar a vida aos contribuintes

Por Jorge Magalhães

**Para Edite Estrela, a globalização potencia o *franchising* dos vários esquemas de fuga aos impostos, como a fraude carrossel em IVA. Esta eurodeputada, para quem a maternidade não pode ser encarada como um problema para os empregadores nem para a economia, aconselha as administrações fiscais a simplificarem procedimentos como forma de combater a fraude e evasão.**

Licenciada em Filologia Clássica e mestre em Comunicação Social, Edite Estrela nasceu em Belver, Carrazeda de Ansiães. Foi professora de Língua e Literatura Portuguesa durante 15 anos. A nível político, é dirigente nacional do PS desde 1983. Foi deputada entre 1987 e 2004 (com mandato suspenso durante nove anos). Foi presidente da Câmara Municipal de Sintra entre 1994 e 2002. Desde Julho de 2004 que é deputada no Parlamento Europeu. É membro efectivo e primeira vice-presidente da Comissão Parlamentar dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros. É membro da Comissão Parlamentar do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar e da Comissão Parlamentar das Alterações Climáticas.

**D**iz que é inaceitável que as mulheres sejam penalizadas por serem mães e que a independência económica é condição essencial à liberdade e igualdade entre géneros. Edite Estrela, eurodeputada, em entrevista concedida pouco depois da realização da conferência «A mulher na profissão», realizada pela CTOC no final do ano passado, em Santa Maria da Feira, lembra que «as mentalidades não se alteram por decreto» e que a democracia só se cumprirá plenamente se contar com o contributo de ambos os géneros.

Apesar de atenta ao velho problema da desigualdade de oportunidades entre géneros, tem nas questões ambientais uma das suas grandes frentes de batalha – «As alterações climáticas são o grande desafio do nosso tempo», assegura – e mantém um olhar crítico sobre a sociedade, afirmando, por exemplo, que a globalização potencia o *franchising* dos vários

esquemas de fuga aos impostos e que muito do incumprimento fiscal deve-se à complexidade dos sistemas fiscais. Sobre os Técnicos Oficiais de Contas, Edite Estrela considera-os «indispensáveis» para uma boa gestão das empresas e «uma melhor e mais justa distribuição da carga fiscal pelos cidadãos.»

**TOC – O diferencial de remuneração entre homens e mulheres para trabalho idêntico foi um dos problemas apontados com insistência no decorrer da conferência «A mulher na profissão» e que contribui de forma decisiva para a desigualdade entre géneros. É possível ultrapassar um problema deste tipo ou será necessário esperar pela renovação das gerações?**

**Edite Estrela** – Apesar de, na Europa, o emprego feminino ter vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, continuam a verificar-se desigualdades inaceitáveis no mercado de trabalho, patentes nas diferenças salariais persistentes entre mulheres e homens. As mulheres ganham, em média, 15 por cento menos do que os homens por cada hora de trabalho. Felizmente, em Portugal, a situação é mais favorável, com uma diferença salarial de cinco por cento, mas há paí-

ses onde essa diferença chega aos 30 por cento. Por isso, é necessário que os Estados membros tomem medidas para reduzir esta injustiça e, simultaneamente, dêem especial atenção aos baixos salários praticados nas profissões e nos sectores onde a presença feminina é maior. É um facto: as profissões com menores remunerações e com menos prestígio social são aquelas em que a representação feminina é mais elevada.

**TOC – A licença de maternidade, que em Portugal pode atingir os cinco meses, é considerada pela generalidade das mulheres e especialistas como curta e insuficiente. Será possível caminhar para uma uniformização europeia a este nível?**

**E. E.** – A legislação portuguesa melhorou muito nos últimos tempos. Mesmo no contexto europeu, e comparativamente com países com mais poder económico, a situação portuguesa é bastante razoável. A generosidade dos Estados membros é condicionada pela respectiva realidade. E é justo reconhecer que Portugal tem feito um grande esforço, promovendo políticas de apoio às famílias e de incentivo à natalidade.

A Comissão Europeia lançou uma consulta formal aos parceiros sociais sobre a possível orientação de uma acção comunitária em matéria de conciliação da vida profissional, privada e familiar, incluindo a promoção de formas de trabalho flexíveis, o desenvolvimento de serviços de acolhimento e de cuidados e a eventual revisão das disposições existentes em matéria de licença parental.

Os regimes de licenças deveriam ser revistos de forma a facilitar uma repartição mais equitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e favorecer, assim, a qualidade de vida e o bem-estar das crianças. É importante promover licenças de paternidade que possam associar os pais às responsabilidades domésticas e familiares desde o nascimento da criança. Por isso, as licenças parentais devem ser dirigidas tanto aos homens como às mulheres.

Dado o envelhecimento da população da UE, é fundamental continuar a desenvolver serviços de cuidados a dependentes, acessíveis e a preços razoáveis. Poderia ser oportuno, neste contexto, estudar a oportunidade de criação de um regime de licença para assistência a progenitores idosos, que seja aliante tanto para homens como para mulheres.



**Edite Estrela é peremptória:**

**«A independência económica é condição essencial à igualdade e à liberdade.»**

**TOC – Tem afirmado por diversas vezes que sem autonomia económica não há liberdade nem igualdade. Como é que se pode atingir essa autonomia?**

**E. E.** – A independência económica é condição essencial à igualdade e à liberdade. Quantas mulheres maltratadas não se separam dos seus agressores porque não têm independência económica? Sem independência económica, a liberdade de escolha fica muito condicionada. Sem independência económica não pode haver igualdade de oportunidades. O acesso a um emprego remunerado e com qualidade é uma garantia de independência económica para as mulheres e os homens. Acontece que persistem diferenças importantes entre mulheres e homens, designadamente quanto às formas de trabalho (trabalho a tempo parcial, contratos temporários) ou aos sectores e profissões em que cada género está



**Desde 2000 que, na UE, seis dos oito milhões de empregos criados foram ocupados por mulheres, garante a eurodeputada.**

mais ou menos representado. É indispensável analisar e tomar medidas em relação aos factores que estão na origem destas diferenças.

É preciso combater as causas da segregação no mercado de trabalho, que tem origem, designadamente, nas escolhas estereotipadas no ensino, na formação e na orientação profissional e acabar com os obstáculos ao acesso das mulheres aos lugares de decisão e direcção.

**Mão-de-obra feminina: motor do crescimento do emprego**

**TOC – Muito se tem falado da igualdade entre géneros. Portugal e a Europa têm registado progressos ou falamos apenas de mera retórica?**

**E. E.** – Em Portugal e em Espanha tem havido grandes progressos. Isso é reconhecido também a nível europeu. Em ambos os países foram aprovadas leis muito progressistas e importantes, designadamente legislação que promove a paridade. Igualmente relevantes são as alterações legislativas contra a violência doméstica. A sua transformação, em Portugal, em crime público traduzir-se-á, estou certa, numa eficaz arma de defesa da integridade física das mulheres e das crianças e mais respeito no seio da família. Acresce que a alteração legislativa foi acompanhada de formação específica dos agentes da autoridade de proximidade, no sentido de compreenderem melhor o problema e agirem em conformidade. Tudo isto representa um extraordinário salto qualitativo.

Mas, uma coisa é a lei e outra é a realidade. As mentalidades não se alteram por decreto. As sociedades são lentas na adesão à mudança e há forças que se opõem à mudança. Por isso é preciso continuar, porque há um longo caminho a percorrer e muitos obstáculos a vencer. É, todavia, interessante verificar que o motor do crescimento do emprego na Europa é a mão-de-obra feminina. Desde o lançamento da Estratégia de Lisboa, em 2000, seis dos oito milhões de empregos criados na UE foram ocupados por mulheres. O prosseguimento desta tendência positiva torna possível o cumprimento da meta de Lisboa de 60 por cento de emprego feminino em 2010. Portugal já atingiu esta meta, com 61,7 por cento em 2005, mais 1,2 pontos que em 2000.

### **TOC – Defende que a paridade é uma exigência da democracia. Essa pretensão pode ser atingida através da imposição de quotas? A igualdade pode ser alcançada por decreto?**

**E. E.** – A quota não é um fim, é um instrumento de discriminação positiva para alcançar a paridade. É, aliás, o único meio testado com resultados positivos. Veja-se o que se passa nos países europeus que adoptaram o sistema de quotas há alguns anos onde, neste momento, a representação feminina nos órgãos políticos é equilibrada e natural. A experiência diz-nos que só pela via legal, pela imposição da quota, se consegue impulsionar uma maior representação feminina na vida política, indispensável à própria democracia. Se a actual composição da Assembleia da República é mais equilibrada na representação dos géneros é graças à contribuição do PS que, mercê da introdução do sistema de quotas nos seus estatutos, fez eleger um terço de mulheres nas suas listas. As mulheres têm capacidade e quando concorrem em pé de igualdade com os homens elas provam o seu valor. O problema é que o ingresso na política não é por concurso ou prestação de provas, é por indicação das direcções partidárias. Uma coisa é certa: quem tem os privilégios não os quer perder, quem está bem sentado na cadeira do poder não se levanta se não for obrigado. A história demonstra que, nesse plano, a proverbial cortesia masculina não tem funcionado. A sociedade é formada por homens e mulheres. A democracia só se cumprirá plenamente se contar com o contributo inestimável de ambos os géneros. É necessário, por isso, que a sociedade evolua para uma representação paritária. Por exemplo, na Noruega, o que está agora em discussão já não é a quota na actividade política, mas a representação feminina nas administrações das empresas cotadas na bolsa. Um outro exemplo de bons resultados da aplicação da quota é a Costa Rica – um oásis na América Central. Graças à adopção do sistema de quota (40 por cento), as mulheres tiveram oportunidade de mostrar o seu real valor e desempenhar funções ao mais alto nível, designadamente de vice-presidente da República.

### **TOC – Olhando para o problema da disparidade entre géneros a nível global, quais os obstáculos que mais a preocupam?**

**E. E.** – O principal obstáculo é cultural. O conhecido problema das mentalidades! Por exem-

plo, a maternidade não pode ser encarada como um problema para os empregadores nem para a economia. Pelo contrário, deve ser olhada como um serviço prestado à sociedade, pois permite combater a baixa da taxa de natalidade e o envelhecimento da população e, simultaneamente, garantir a sustentabilidade do sistema de segurança social. Por isso, é inaceitável que as mulheres sejam penalizadas por causa de serem mães. Mas a verdade é que não progridem na carreira, não recebem os habituais prémios de produtividade ou de repartição de lucros ou têm de se sujeitar às tarefas mais insignificantes e menos gratificantes profissionalmente e, quando um ou uma trabalhadora verifica que na empresa as chefias são mais compreensíveis com quem quer sair mais cedo para ir buscar o carro à revisão do que com quem tem de ir buscar a criança ao infantário, está tudo dito sobre a mentalidade dos detentores do poder económico e sobre a desvalorização das tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres.

Por outro lado, a sociedade está organizada segundo as regras definidas pelos homens. São eles que estabelecem os horários, esquecendo-se de que é preciso ir levar e buscar as crianças ao infantário e que é preciso abastecer a despensa para alimentar a família. Este é um problema de todos e não só das mulheres. A partilha das tarefas domésticas tem de ser estimulada por políticas adequadas.

Está provado que a partilha da responsabilidade familiar entre homens e mulheres é o primeiro passo para a indispensável conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Tendo o mesmo direito que os homens à realização profissional, as mulheres não podem, por isso, trabalhar o mesmo que os homens fora de casa e o triplo dentro de casa. A participação das mulheres na esfera política, social e económica é indispensável ao progresso social. A igualdade de género é um tema de grande actualidade e de grande modernidade devendo fazer parte da agenda política quotidiana.

A representação paritária nas instâncias de poder deve ser um objectivo fundamental de todos os governos. A integração das mulheres no processo de decisão é uma exigência da modernidade e uma condição indispensável ao reforço da democracia. É preciso abandonar a ideia de que as mulheres servem para trabalhar mas não servem para tomar decisões. O caminho é longo e cheio de escolhos mas tem que ser percorrido. As mulheres não podem ficar mais gerações à espera da

mudança de mentalidades e da auto-regulação do sistema. Têm de ser elas, porque ninguém abdica voluntariamente do poder de séculos, a lutar pelo direito de partilhar a igualdade com os homens, tanto na esfera pública como na privada.

## **Globalização potencia esquemas de fuga aos impostos**

### **TOC - A Europa está a salvaguardar correctamente os direitos de todos os seus cidadãos?**

**E. E.** – De todos, talvez seja uma afirmação excessiva, mas espero que salvaguarde os direitos da maioria dos seus cerca de 500 milhões de habitantes. O projecto europeu é único no mundo. O sonho de Jean Monnet e Schumann – de uma Europa de paz, de democracia, de progresso e de justiça – já conta 50 anos de concretização e é unanimemente reconhecido como coroado de êxito. Basta pensar no que era Portugal antes da adesão e o que é hoje. Nos últimos 20 anos, Portugal mudou muito e, quase sempre, para melhor. A qualidade de vida dos portugueses aproximou-se dos parâmetros dos países desenvolvidos. Socializou-se a educação e a cultura, tornou-se acessível a saúde e reconheceram-se os direitos das crianças e dos idosos. Graças aos fundos comunitários, o nosso país desenvolveu-se e modernizou-se. Adoptaram-se modelos de recolha e tratamento dos resíduos sólidos amigos do ambiente. Alargaram-se e aperfeiçoaram-se os sistemas de saneamento básico e de distribuição de água. Melhorou-se a rede viária e construíram-se novos equipamentos culturais, educativos, desportivos e sociais. O exemplo europeu também ajudou a consolidar a nossa democracia.

### **TOC – A Comissão Europeia tem registado crescente preocupação com a evasão e fraude fiscal, sobretudo a verificada através da fraude carrossel do IVA. Este é um problema que pode minar a coesão económica e a livre circulação de pessoas e bens na Europa?**

**E. E.** – A globalização potencia o *franchising* dos vários esquemas de fuga aos impostos, que são cada vez mais complexos e difíceis de detectar, como a fraude carrossel no IVA, que envolve transacções fictícias com o intuito de pedir ao

Estado reembolsos de impostos indevidos.

As soluções de combate terão que ajudar também a aumentar a eficiência das administrações fiscais e não pôr em causa os objectivos da Estratégia de Lisboa. Muito do incumprimento fiscal deve-se à complexidade dos sistemas fiscais e, por isso, as administrações têm de facilitar e simplificar a vida aos contribuintes.

A Comissão Europeia pretende, em 2008, apresentar propostas de harmonização das regras de cálculo dos rendimentos tributáveis das empresas. Mas, no respeito pelo princípio de subsidiariedade, os Governos têm de manter alguma autonomia e, por isso, não existe qualquer projecto que vá no sentido de criar uma taxa comum de IRC.

### **TOC – A luta que a DGCI está a levar a cabo contra a fraude e evasão fiscal, “esquecendo” muitos dos direitos dos contribuintes, merece a sua aprovação?**

**E. E.** – É sempre difícil, pelo menos num primeiro momento, garantir um bom equilíbrio. A justiça é cega e, para se alcançarem os objectivos de combate à fraude e evasão fiscal, pode acontecer que haja aspectos menos positivos.

A administração fiscal teve uma forte preocupação em reforçar as medidas de controlo e em adoptar as necessárias medidas de precaução, de modo a que sejam minimizados eventuais erros, tendo presente que, como em qualquer outro procedimento, a possibilidade de erro pode ser minimizada mas não totalmente eliminada, e que seja assegurado o cabal respeito pelos direitos dos contribuintes/cidadãos.

### **TOC – Como eurodeputada, tem prestado especial atenção às alterações climáticas. O paradigma económico em que vivemos é compatível com a necessidade de preservar o meio ambiente?**

**E. E.** – As três dimensões do desenvolvimento sustentável incluem o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção ambiental. O combate às alterações climáticas encontra-se no topo das prioridades ambientais da União Europeia e insere-se nos objectivos da Estratégia de Lisboa de «tornar a UE no espaço económico

mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.»

As alterações climáticas são o grande desafio do nosso tempo. O Conselho Europeu da Primavera de 2007 estabeleceu compromissos em relação à redução das emissões de gases com efeito de estufa, como estabeleceu também formas e meios de os alcançar. A Comissão está a preparar agora o que se costuma chamar «Pacote Clima/Energia». Estas propostas, incluindo a revisão do regime de comércio de licenças de emissão da UE, serão adoptadas no final do ano. É óbvio que as alterações climáticas só podem ser enfrentadas com eficácia a nível global. A Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Dezembro, em Bali, tem de criar uma base sólida e os elementos necessários para um acordo pós-2012. Estamos cientes de que um pacote equilibrado terá de incluir acções com incidência tanto na atenuação como na adaptação. Terão de ser acordados compromissos firmes de atenuação por parte de todos os países desenvolvidos, com novas acções por parte dos países em desenvolvimento. Teremos também de desenvolver tecnologias, financiamento e capacidades. Mas temos de ser realistas: Bali é o início de um processo negocial complexo e os resultados finais não serão conhecidos antes de 2009.

#### **TOC – Como avalia a actividade desenvolvida pelos TOC?**

**E. E.** – Os Técnicos Oficiais de Contas são profissionais de quem se espera rigor técnico, capacidade ética e total independência em relação tanto aos empresários como à administração fiscal. São, pois, essenciais para uma melhor e mais justa distribuição da carga fiscal pelos cidadãos – dentro do princípio de cada um pagar os impostos que lhe cabem – e para uma boa gestão das empresas. Importante também o papel que têm na moralização do



**Edite Estrela está convencida que muito do incumprimento tributário tem origem na complexidade dos sistemas fiscais**

relacionamento entre as empresas, enquanto factor de correcção de procedimentos que enformem concorrência desleal.

#### **TOC – O mundo seria diferente se fosse governado por mulheres?**

**E. E.** – Sem dúvida. Quão diferente? Não sei, porque não faço futurologia, mas que seria diferente lá isso seria. Basta olhar à nossa volta e ver como algumas mulheres em lugares de poder fazem a diferença. Gostaria muito que Hillary Clinton fosse a próxima Presidente dos Estados Unidos. Se tal acontecer, então, sim, poderemos avaliar se o mundo fica diferente. É minha convicção que sim. E para melhor. ■